



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

EDUCAÇÃO ESPECIAL: EIS A QUESTÃO!

Simone Lima de Arruda Irigon

**PALMAS-TO, BRASIL
2010**

EDUCAÇÃO ESPECIAL: EIS A QUESTÃO!

por

Simone Lima de Arruda Irigon

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Educação Especial.

PALMAS-TO, BRASIL
2010

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e Educação
de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo
Monográfico de Especialização

Educação Especial: Eis a Questão!

elaborado por
Simone Lima de Arruda Irigon

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Professora Mestre Daniele Noal Gai

Membro da Comissão

Membro da Comissão

PALMAS-TO, BRASIL
2010

“É necessário enfrentar as barreiras e construir práticas pedagógicas e de gestão escolar que garanta educação de qualidade a todos”

Maria Teresa Mantoan

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

Educação Especial: Eis a Questão!

AUTORA: Simone Lima de Arruda Irigon
ORIENTADORA: Daniele Noal Gai
Data e local da defesa: Santa Maria, agosto de 2010.

A inclusão de alunos com deficiência no ensino regular requer uma revisão conceitual da estrutura curricular dos cursos de formação de professores. Assim, o respectivo trabalho discute os fundamentos, a política, as possibilidades e os limites da proposta de formação de professores para o ensino regular e a educação especial. É um estudo calcado na perspectiva da formação continuada de professores, visto que pesquisas sobre a inclusão escolar vêm enfatizando a necessidade de reflexão e formação. O debate acerca da formação de professores para atuação no sistema regular e na educação especial tem gerado polêmicas, contradições e omissões, especialmente nas universidades. Tornando-se imprescindível focalizar tal tema na revisão dos cursos de pedagogia e nas demais licenciaturas, não podendo restringir-se apenas as especializações. Discussões e análises referidas neste estudo anunciam a produtividade da proposta de educação inclusiva considerando-se que professores da educação especial e do ensino regular construirão práticas pedagógicas que assegurarão o direito à educação, o acesso ao conhecimento e a inclusão social e escolar de todos os alunos com deficiência. O presente trabalho aborda a história da institucionalização dos alunos da educação especial no Brasil. Apresentam-se nesta pesquisa os empecilhos e as possibilidades da educação superar os problemas existentes no que se refere à escolarização do aluno com deficiência. Disserta-se sobre a responsabilidade das universidades enquanto agência de produção de conhecimento e de formação na área da educação especial. Discute-se sobre a necessidade das universidades demonstrarem esforços para assegurar a educação inclusiva, por sua responsabilidade em qualificar os recursos humanos, tanto em cursos de formação inicial quanto continuada, embora, seja um desafio considerável para o sistema brasileiro de ensino superior. Portanto, o futuro da educação inclusiva em nosso país dependerá de um esforço coletivo em prol da garantia de uma educação de qualidade para todos.

Palavras-chave: Educação; Inclusão; Universidade.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	7
2. A INVESTIGAÇÃO.....	12
2.1 As Políticas de Formação de Professores e o Movimento da Inclusão.....	12
2.2 A Formação de Professores na Perspectiva da Educação Inclusiva: da epistemologia à prática.....	14
2.3 A formação de professores frente à política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.....	17
2.4 A Educação Inclusiva e as Universidades Brasileiras.....	18
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
4. REFERÊNCIAS.....	25

1. APRESENTAÇÃO

Sabe-se que a educação especial atua junto aos alunos com deficiência, mas, infelizmente, ainda não tem sido efetiva na educação para todos, considerando que no Brasil a educação básica ainda não foi universalizada. Pode-se constatar que trata-se de um processo de mudança educacional e as poucas conquistas são muito recentes no que diz respeito a escolarização de alunos com deficiência no ensino regular com apoio especializado da educação especial. A educação especial tem como objetivo principal a promoção de uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado a sua realidade física, mental, sensorial e social.

Mazzotta (1998) esclarece que, historicamente, na era pré-cristã tendia-se a negligenciar e a maltratar as pessoas com deficiência. Em um segundo estágio, com a difusão do cristianismo, passou-se a protegê-los e compadecer-se daqueles sujeitos. No terceiro período descrito pelas bibliografias, nos séculos XVIII e XIX, foram fundadas instituições para oferecer uma educação à parte para as pessoas com deficiência. Finalmente, na última parte do século XX, observa-se um movimento que tende a aceitar essas pessoas e a integrá-las, tanto quanto possível, nos sistemas de ensino regular.

A educação especial inicia no cenário político-econômico-educacional brasileiro a partir de 1950, porém, sabe-se que a questão sempre atraiu a atenção dos políticos, não como proposta educativa, tampouco inclusiva, mas na maioria das vezes, como problema que deveria ser solucionado, sendo realizadas mudanças paulatinas, mediante as concepções de cada época. (MAZZOTTA, 1998)

Nesse contexto histórico, a formação de professores para o atendimento educacional especializado esteve ligada aos cursos de formação do magistério em nível secundário, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB/71, surgem habilitações em nível superior, nas diferentes áreas da educação especial, estando esta oferta de cursos concentrada na região sudeste do país e o currículo

focalizava os procedimentos especiais de ensino e a prática pedagógica geralmente realizada em escolas especiais.

Mazzotta (1998) destaca que por volta de 1980 aconteceram movimentos sociais de reivindicação e luta pela democratização do ensino, acesso à escola gratuita e inserção das minorias marginalizadas e excluídas no sistema educacional. Nessa expansão, de um lado criam-se serviços especializados em escolas públicas e de outro lado o acréscimo da implantação de instituições e escolas especializadas em todos os estados.

O foco das políticas públicas não mais se destinava a formação acadêmica ou licenciatura, passando a ser realizada a capacitação em serviços de professores para atender a demanda de expansão da educação especial. Formase uma rede paralela de programas assistenciais de atendimento educacional especializado em escolas especiais, ditas escolas segregadas.

Acontece a criação de cursos superiores e de políticas públicas para a formação de professores no sistema das redes públicas estaduais e municipais, transferindo, dessa forma, a responsabilidade pela educação de pessoas com deficiências às instituições especializadas de caráter filantrópico e segregadas. Essas passaram a ocupar e cumprir, naquele momento histórico, o papel do estado quanto à oferta de educação gratuita às pessoas com deficiência.

Em 1994 a Declaração de Salamanca, em sua linha de ação sobre necessidades educativas especiais, sugere o processo de educar conjuntamente e de maneira incondicional, nas classes de ensino comum, alunos com ou sem deficiência, pois:

O princípio fundamental que rege as escolas integradoras [inclusivas] é o de que todas as crianças, sempre que possível devem aprender juntas, independente de suas dificuldades e diferenças. As escolas inclusivas devem reconhecer as diferentes necessidades de seus alunos e a elas atender; adaptar-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem das crianças e assegurar um ensino de qualidade por meio de um adequado programa de estudos, de boa organização escolar, criteriosa utilização dos recursos e entrosamento com suas comunidades (Declaração de Salamanca, p.23, 1994).

No entanto, percebe-se que o processo de inclusão de pessoas com deficiência, tanto nas escolas, quanto na sociedade em geral ainda não possui aceitação e destaque efetivo nas ações de diversas instituições e organizações públicas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil destaca em seu Art. 59, incisos I e II, que:

Art. 59 - Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades;

II – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora. (LDB nº9394/96).

Como se pode observar a Lei nº9394/96 é clara quando trata das condições necessárias para que a educação especial atue junto ao aluno com deficiência. Porém, nossas escolas não apresentam ainda as ferramentas, tanto em recursos humanos, quanto em espaço, que possam favorecer a concessão desse direito às pessoas com deficiência. O cumprimento de tal orientação legal possibilitaria ao aluno exercer plenamente sua cidadania, tornando-se membro produtivo na sociedade da qual faz parte.

Em decorrência da ausência de política de formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado-AEE, observa-se que a oferta desse serviço na rede pública não se expandiu após a proposta de inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular, o que deveria ter acontecido intensivamente a partir da década de 90.

Algumas universidades extinguiram cursos de habilitações específicas e na falta de professores especializados, os serviços públicos e as escolas especiais para atendimento em deficiência mental e instituições especializadas na área da deficiência visual, auditiva, física e outras, recorreram a cursos de extensão ou treinamento em serviço. Observou-se uma lacuna no ensino superior, tornando evidente a exigência de reformas educacionais, de novos currículos e projetos

para os cursos de pedagogia, tendo em vista a formação de professores para o AEE e para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular.

A tendência na educação contemporânea é discutir a educação inclusiva, uma vez que a pessoa com deficiência tem o direito de ser incluída em classes regulares de ensino. Esse aluno é tão digno e merecedor da educação de qualidade como qualquer outra pessoa. Assim, ao longo deste estudo observou-se a importância de se repensar a formação de professores para a oferta de tal educação. Demonstrou-se através desta pesquisa bibliográfica a necessidade de se conhecer e inserir no currículo das universidades disciplinas relacionadas à educação especial, de modo a facilitar o trabalho a ser desenvolvido nas escolas regulares de ensino junto ao aluno com deficiência.

Pensar numa política de formação de professores para a educação especial torna-se cada vez mais preocupante considerando-se que o Brasil através do censo 2000 (Organização Mundial da Saúde – OMS), teve o percentual de pessoas com deficiência aumentado de 10% para 14,5%. (BRASIL, 2008).

Esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e direcionou-se para o desenvolvimento de uma investigação na qual a formação de professores é tomada como objeto de estudo. Cabe mencionar que o percurso do estudo foi percorrido por meio de um movimento de análise mais crítica, visando defender uma concepção de sujeito autor de sua própria história.

Neste sentido, buscou-se analisar a política de formação de professores por meio dos documentos que versam sobre o assunto, tais como: Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais (1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional– LDB 9394/96, a Resolução 02/2001 que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica e as Propostas de Diretrizes Curriculares para os Cursos de Educação Especial – “A Formação do Professor para Educação Especial” – MEC/SEESP 2002. Além dos documentos oficiais pesquisaram-se informações pertinentes a formação de professores para educação especial em textos de teóricos e utilizou-se relatos empíricos da área. Utilizou-se a documentação existente sobre o tema

com o intuito de buscar elementos que dessem subsídios para uma análise mais crítica dos pressupostos educacionais que tratam da formação de professores.

2. INVESTIGAÇÃO

A inclusão de alunos com deficiência no ensino regular deve ser cuidadosa, pois barreiras arquitetônicas, impeditivos institucionais, atitudes equivocadas ou qualquer precipitação pode provocar a exclusão, ou mesmo muito mais a frustração do que a satisfação deste aluno, que precisa ter condições mínimas para ter acesso, interagir e se adaptar a certas realidades. Nessa perspectiva surgem as políticas de formações de professores na perspectiva da educação inclusiva.

2.1. As Políticas de Formação de Professores e o Movimento da Inclusão

A discussão sobre a formação de educadores para a educação de todos, para a inclusão e escolarização adequada de pessoas com deficiência, surgiu a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien, Tailândia em 1990.

Dentre esses movimentos a Declaração de Salamanca (1994) recomendava que a formação inicial devesse incutir em todos os professores uma orientação positiva sobre a deficiência, de forma que permitisse entender o que as escolas poderiam conseguir avançar com a ajuda dos serviços locais de apoio, pois foram colocadas em discussão as habilidades e competências que os educadores deveriam dominar para a inclusão de alunos com deficiência.

Tal documento enfatiza os conhecimentos e aptidões requeridos em uma boa pedagogia, tais como: a capacidade de avaliar as necessidades especiais, de adaptar os conteúdos dos programas de estudo, de recorrer à ajuda da tecnologia, de individualizar os procedimentos pedagógicos e trabalhar em conjunto com especialistas e pais.

Torna-se importante refletir que o texto aborda as competências do professor do ensino regular. Entretanto, deixa explícita a formação de educadores para o atendimento especializado, a educação especial, a cargo das propostas de curso de especialização. Esse documento defende a figura do professor especialista e a criação de serviços de apoio.

Seguindo essa tendência educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB9394/96, Art.59) refere-se a dois perfis de professores que deverão ser formados para atuar com alunos com necessidades educacionais especiais:

a) Professor de classe comum capacitado - comprove em sua formação conteúdos ou disciplinas sobre Educação Especial e desenvolvidas competências para:

I - perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos;

II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas do conhecimento;

III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo;

IV - atuar em equipe e em conjunto com o professor especializado.

b) Professor especializado em Educação Especial - Formação em cursos de licenciatura em Educação Especial ou complementação de estudos ou pós-graduação para:

-Identificar as necessidades educacionais especiais;

-Definir e implementar respostas educativas;

-Apoiar o professor da classe comum;

-Atuar no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos;

-Desenvolver estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas alternativas.

Nesse universo conceitual as discussões após LDB/96 tiveram a colaboração de diversos autores, os quais pontuaram como desafio para a formação de professores numa perspectiva de educação inclusiva: rever a concepção da formação de professores de educação especial, superando os delineamentos clínicos e reabilitadores e orientar a formação a partir de enfoques mais interativos no processo de aprendizagem do ensino regular. Defende-se, então, a formação para educação inclusiva na educação básica e especialização em nível de pós-graduação para atuação em educação especial.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) representam certo avanço no sentido de responsabilizar a União, os Estados e Municípios quanto à formação continuada de professores regentes de classe comum e recomendam o aprofundamento de estudos por meio de cursos de especialização. No entanto, contraditoriamente, prevê a figura do professor generalista, sem identificação clara de tipo, caracterização da formação e das competências pedagógicas que esse professor deve assumir. Esse documento já

anunciava a extinção dos cursos de habilitação em educação especial nos cursos de pedagogia.

2.2. A Formação de Professores na Perspectiva da Educação Inclusiva: da epistemologia à prática

A educação especial, segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), deve assegurar um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com deficiência, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

Para Mazzotta (1998) a educação especial é uma disciplina que estuda e analisa os processos de ensino e aprendizagem, em situações de diversidade, com a finalidade de oferecer respostas educativas e projeção socioprofissional aos alunos com deficiência. Assim, gera interações entre teoria e prática, a partir de três perspectivas: curricular, organizativa e profissional. O referido autor enfatiza o compromisso com a prática, o que permite concebê-la como uma ciência aplicada, como ciência de uma atividade prática humana para intervir sobre ela e dentro do possível, melhorá-la, visto que para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área.

Diante do exposto ressalta ainda que a tarefa da educação especial devesse ser a diversidade de cada pessoa levada ao campo do ensino, o que deve constituir o seu objeto de estudo e preocupação. Considera-se que está em construção uma nova educação especial, que tem seu ponto de referência na prática e na relação com o outro.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), seguindo a tendência dos movimentos internacionais de inclusão, enfatiza a modificação dos contextos sociais, considera essencial para o processo de

aprendizagem o sistema de suporte concretizado por meio de serviço de apoio pedagógico especializado.

Deste modo, Bueno (2002), através de pesquisas voltadas à formação de professores para educação especial no Brasil, revela que apenas 39,7% de professores universitários possuem formação, apontando que o crescimento de cursos de especialização foi de 51,7% e do tipo de formação generalista com maior incidência de formação na área da deficiência mental, na área da deficiência visual, 6,3%, deficiência auditiva 15,6% e deficiência física, 3,1%. Esses dados são preocupantes, pois indicam o decréscimo da formação de educadores habilitados ou especializados para atuarem no AEE e dar o necessário apoio e suporte à inclusão no sistema regular de ensino.

Estudos do Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP (BRASIL, 2008) sobre o que revelam as teses e dissertações acerca da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular destacam a necessidade de rever os programas de formação inicial e continuada de profissionais e professores que trabalham com esses alunos, enfatizam a importância de incluir as necessidades educacionais especiais na formação de professores, de superar a noção de formação e atuação isoladas do professor especializado em educação especial. Esses estudos indicam o crescente número de pesquisas sobre o tema e a consolidação de linhas de pesquisa e projetos sobre a educação de pessoas com deficiência.

Nesse sentido, a formação inicial e continuada de professores para lidarem com a diversidade, a formação de educadores para o AEE e para o apoio e suporte a inclusão remete a importância do papel do professor especializado. Que além de atender as especificidades decorrentes da deficiência, deve priorizar o trabalho conjunto com a família, a escola e a comunidade, acompanhando e apoiando o projeto pedagógico voltado a uma adequação da prática pedagógica no contexto escolar.

Assim, é importante mencionar que o PARECER Nº 13/2009 do Conselho Nacional de Educação-CNE / Câmara de Educação Básica-CEB, documento que discorre sobre a educação inclusiva e o atendimento educacional especializado,

concebe o AEE, antes denominado de atendimento em educação especial, como um complemento da educação geral. Refere-se a um direito de todos os alunos que necessitam de uma complementação em seus estudos no ensino regular e que precisa ser aceito por seus pais ou responsáveis e pelo próprio aluno com deficiência. O AEE deve ser oferecido em horários distintos das aulas da escola comum, com outros objetivos, metas e procedimentos educacionais. As ações do atendimento educacional são definidas conforme o tipo de necessidade educacional e deficiência do aluno.

Observa-se outra concepção de educação especial e do papel do professor especializado que deverá se ocupar das questões específicas decorrentes da deficiência, num espaço denominado sala de recursos multifuncional, com grupos heterogêneos, com menor número de alunos com deficiências. No entanto, não se pode ignorar nesses atendimentos o método dialógico, o trabalho conjunto, o sistema de apoio e suporte ao professor do ensino regular, a participação das famílias e do professor especializado nas tomadas de decisões e construção de ambientes inclusivos.

Assim, os serviços especializados devem ser oferecidos pela escola regular para atender as necessidades especiais no espaço da sala de aula ou nas salas de recursos em todos os níveis de ensino. Recomenda ações elaboradas coletivamente por todos os agentes educacionais e contempladas no projeto pedagógico e no regimento escolar. Enfatiza, portanto, questões de gestão e prática pedagógica.

Segundo pesquisa realizada pelo MEC/SEESP (BRASIL, 2008) em escolas públicas, sobre o impacto da Declaração de Salamanca nos estados brasileiros e seus dez anos de aprovação, implantação e implementação, apesar dos esforços relativos à implantação de um conjunto de propostas, há ainda necessidade de mudança na cultura escolar, uma vez que os Estados, quase em sua totalidade, mostram a inexistência de participação das pessoas com deficiência nos projetos político-pedagógicos das escolas.

A perspectiva é de construção de uma nova escola, uma escola inclusiva que se constitua em uma escola para todos, não apenas no papel ou em

discursos, como vemos e ouvimos, mas que rompa com a realidade de exclusão, a favor de uma escola aberta aos diferentes modos de ser e aprender dos sujeitos. Portanto, o desafio é a construção de uma escola organizada para atender as demandas postas pela diferença.

2.3. A Formação de Professores frente à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

A formação de professores para a educação especial enfrenta em nosso país sérios desafios decorrentes, tanto do contexto problemático das reformas propostas para a formação de professores, quanto da própria história dessa área específica. Inúmeras são as barreiras que impedem que a política de inclusão, que surgiu mais precisamente por volta de 1990 no Brasil, se torne realidade na prática cotidiana das nossas escolas.

Historicamente o processo de educação inclusiva vem sendo gradativamente implementado nas escolas de ensino regular. No entanto, para que esse processo possa ser efetivado, um dos elementos centrais a ser estudado é a formação de professores para a educação especial. A preocupação com a inclusão escolar tem preocupado as instituições, sejam as de ensino regular, como especial. Pode-se dizer que esta preocupação se coloca como uma questão relevante nas políticas educacionais oficiais e como um dos fatores fundamentais que influenciam a qualidade do ensino, sendo uma tentativa de tornar possível a inclusão apregoada no discurso, mas ainda bastante difícil de ser realizada eficientemente na prática.

Contamos atualmente com uma vasta bibliografia sobre a área da educação especial, teses, dissertações, livros, revistas, que abordam as diversas deficiências, no entanto, sob o ponto de vista da formação de professores, apesar de orientações legais nesse sentido, parece haver certa indecisão quanto a real efetivação na sua prática e principalmente uma enorme carência de materiais que tratam dessa especificidade.

Neste contexto a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) tem como objetivo assegurar a inclusão

escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do AEE e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

2.4 A Educação Inclusiva e as Universidades Brasileiras

Explicar a educação inclusiva das leis, dos planos e intenções para a realidade requer conhecimento e prática, sendo preciso questionar qual o conhecimento necessário para fundamentar a prática. Logo, as discussões acadêmicas, as pesquisas e a ciência serão essenciais para que a sociedade brasileira busque contribuir, de maneira intencional e planejada, para a superação de uma educação especial equivocada, que atuou historicamente contra os ideais de inclusão social e plena cidadania. Assim, enquanto agência de produção de conhecimento, o papel da universidade na construção da educação inclusiva é essencial.

Entretanto, não é qualquer pesquisa que tem potencial para apoiar tal processo de construção. É necessário se fazer uma pesquisa mais engajada nos problemas da realidade e que tenham implicações práticas e políticas mais claras, pois algumas prioridades emergentes para a pesquisa, na atualidade, seria a produção de conhecimento que gere diferentes dados, que permite subsidiar o acompanhamento de políticas públicas educacionais, que adote a perspectiva da inclusão, principalmente, que verse sobre a formação de professores, que atuarão no ensino regular e na educação especial, além de estratégias pedagógicas inclusivas que possam ser adaptadas para a diversidade da realidade brasileira.

A universidade enquanto agência de formação, além de produzir conhecimento tem ainda responsabilidade de qualificar os recursos humanos

envolvidos, tanto em cursos de formação inicial, quanto continuada, o que é um desafio considerável para o sistema brasileiro de ensino superior. Enfim, o futuro da educação inclusiva em nosso país dependerá de um esforço coletivo, que obrigará a uma revisão na postura de pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, familiares e pessoas com deficiência, para trabalhar numa meta comum que seria a de garantir uma educação de melhor qualidade para todos.

Na educação superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão.

As instituições de ensino superior, públicas e privadas, tiveram até o final de 2008 para se adequarem em sua estrutura física e nas disposições de disciplinas para atender às pessoas com deficiência. Logo, as instituições teriam que ter na sua grade curricular, principalmente nos cursos de Pedagogia, Letras, Normal Superior e as Licenciaturas, matérias de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e do sistema Braille.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia focalizam mais a educação para a diversidade e multiculturalismo e apresentam um discurso vago e genérico sobre a formação de professores para o atendimento às necessidades educacionais especiais de certo modo havendo uma omissão quanto às competências para o trabalho conjunto de professores do ensino regular e especial no contexto escolar, quanto às práticas de ensino cooperativo e articulação entre essas áreas do conhecimento, pois as universidades têm que ter em suas grades curriculares, a partir de 2009, dentre as disciplinas obrigatórias dos cursos de graduação a LIBRAS e o Braille.

Assim, estrutura física não é o mais difícil, porque o que se percebe é uma sensibilidade da sociedade e maior atenção para este grupo social, visto que

um dos principais aspectos são a preocupação com a formação dos professores e seu trato com a linguagem, didático e estratégias pedagógicas que sejam adequadas para esse público, cada um em sua especificidade.

Nesse contexto discussões e investigações realizadas com a comunidade escolar, nos cursos de especialização, extensão, no ensino da pedagogia, em diferentes licenciaturas, permitem pontuar algumas questões e dúvidas:

- Como articular no curso de formação de professores o conhecimento sobre a diversidade, multiculturalismo, diferenças significativas e processos específicos de aprendizagem?

- Os cursos de especialização em educação especial possibilitam a articulação entre teoria e prática de forma consistente?

- A formação de gestores e professores para o ensino regular trata das diferenças, das necessidades específicas e das necessidades educacionais dos alunos com deficiência?

- As necessidades específicas e educacionais especiais são contempladas no projeto pedagógico das escolas regulares de ensino?

- O professor especializado, os professores do ensino comum, a comunidade escolar e a família participam da construção coletiva do projeto pedagógico na escola?

- A formação de professores que atuam no ensino regular e na educação especial trata o conhecimento sobre as necessidades básicas de aprendizagem e as necessidades educacionais específicas dos alunos com deficiência numa visão inter ou transdisciplinar?

Portanto, considerando-se que a formação de professores se coloca como um dos fatores fundamentais para a inclusão, pois influenciam a qualidade do ensino e é fundamental na definição dos rumos da educação inclusiva, a proposta desta pesquisa foi realizar um estudo sobre o contexto político, econômico, social que têm influenciado a formação de professores para a educação especial.

Desse modo, a importância desta pesquisa se justifica pela carência desta formação e a ausência de reflexões mais profundas e efetivas. Evidencia-se a necessidade de mais trabalhos desse caráter mesmo havendo uma ampla legislação sobre a educação inclusiva e atualmente diretrizes nacionais para a formação de professores nesta área, existem obstáculos que impedem a efetivação de uma política de formação de professores para a educação especial.

Neste sentido, entendemos que o referencial teórico adotado para este estudo encontra-se fundamentado numa perspectiva de educação inclusiva, compreende a educação como uma superestrutura, em última instância, condicionada pela forma com que os homens encontram-se organizados para produzir seus meios de vida, ou seja, pelas relações sociais de produção.

Assim, em relação às questões metodológicas pertinentes ao desenvolvimento da investigação, pretendeu-se avançar na compreensão desse processo utilizando uma metodologia que se orientou pelo pressuposto de que o movimento social ou educacional deve ser analisado pela perspectiva das contradições, dos interesses distintos, das lutas encadeadas pelos homens em momentos históricos precisos. É nesse movimento de análise crítica pela perspectiva histórica que se pretendeu inscrever este trabalho que está voltado para a formação de professores e para a educação especial no contexto da educação regular.

Atualmente está implícito através de documentos oficiais o interesse na educação inclusiva, o que explica então o não investimento efetivo na formação de professores para atuação específica na educação especial em algumas regiões e instituições. Isso explicita em que medidas estão sendo realizadas leituras críticas sobre a política para que se incentive fortemente a formação de professores, surgindo ações e propostas dinâmicas de atuação pedagógica em escolas que assumiram a educação inclusiva. Talvez dessa maneira todas as pessoas com deficiência serão incluídas e receberão atendimento de qualidade nas escolas regulares.

Segundo Mantoan (2005), a inclusão é uma inovação, cujo sentido tem sido muito distorcido e um movimento muito polemizado pelos mais diferentes

segmentos educacionais e sociais. E a partir desta questão a autora nos mostra que nem sempre inovar é inusitado e que a constituição federal garante a educação como direito de todos os indivíduos com deficiências.

Porém, sabe-se que para a escola atender de fato os alunos com deficiência, faz-se necessário proporcionar condições, especialmente que não apresentem preconceitos e barreiras. Talvez seja importante assumir que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como é ensinado e avaliado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que motivou e determinou o presente estudo foi à necessidade de uma análise bibliográfica da formação de professores para atuação na educação de alunos com deficiência, questão levantada neste artigo e que não se esgota em possibilidades de discussão, leitura e dissertação. As reflexões realizadas indicaram a necessidade de se incluir na agenda dos cursos de formação de professores e demais licenciaturas a discussão sobre como articular os conhecimentos, os fundamentos e práticas da educação especial e da educação inclusiva na grade curricular e no projeto pedagógico dos cursos do ensino superior.

Esses estudos anunciam a importância da reflexão sobre a cultura escolar, os pensamentos, as crenças, os valores e os hábitos compartilhados pela comunidade escolar, que influenciam a maneira como professores, pais e gestores escolares planejam e lidam com os alunos com deficiência, com os desafios e barreiras enfrentadas no processo de aprendizagem destes alunos.

Para Mantoan (2005) a formação de educadores para o AEE e para o apoio e suporte ao professor do ensino regular não pode se distanciar do que propõem os teóricos da formação geral de professores, pois enfatiza uma formação envolvendo múltiplos saberes desde a formação pessoal e profissional, a formação inicial e continuada nas diferentes áreas do conhecimento, bem como saberes curriculares relacionados ao projeto de ensino, aos conteúdos, métodos, técnicas de ensino para a formação dos alunos e os saberes da experiência, da prática cotidiana que provém da cultura.

Assim, estes saberes são essenciais na formação de professores para o ensino regular e especial, devendo aprofundar o conhecimento relativo às pessoas com deficiência, suas necessidades, a formação da identidade, o desenvolvimento da autonomia pessoal, social e intelectual, avaliando as necessidades específicas e educacionais especiais, bem como o domínio das metodologias específicas e estratégias didático-metodológicas de acesso ao conhecimento e cultura, levando à promoção de um mundo melhor e uma sociedade mais democrática.

Porém, mesmo que nosso país juntamente com os demais vem procurando assegurar a educação para todos, faz-se necessário romper com o preconceito que leva a discriminação, pois sabemos que a proposta de inclusão será realmente implementada se tivermos uma escola de qualidade, igualitária, justa e acolhedora para todos. É preciso, então, punho e sustentação para enfrentar as fragilidades ainda existentes, inclusive garantindo a presença de professores capacitados e especializados, com formação inicial e continuada em educação especial para atender às necessidades educacionais conforme a deficiência apresentada pelos alunos.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, C. A. M.; MANTOAN, M. T. E. Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BRASIL. MAS/CORDE. Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília, 1994.

BRASIL. Senado Federal. Lei de diretrizes e bases da educação: Disposições constitucionais. Lei Nº 9394/96. Brasília – DF: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. MEC/SEESP. Brasília, 2001.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Decreto Nº 6.571 de 17 de setembro de 2008. Brasília, 2008.

BRASIL. PARECER Nº 13/2009 do Conselho Nacional de Educação-CNE / Câmara de Educação Básica-CEB. Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

BUENO, J. G. S. A Educação Especial nas Universidades Brasileiras. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

MAZZOTA, M. Educação Especial no Brasil. São Paulo: Cortez, 1998.